

Santos vai ao TCU para garantir novo túnel na desestatização

Prefeitura quer que futuro gestor da SPA realize 100% dos investimentos do projeto ligando zonas Leste e Noroeste

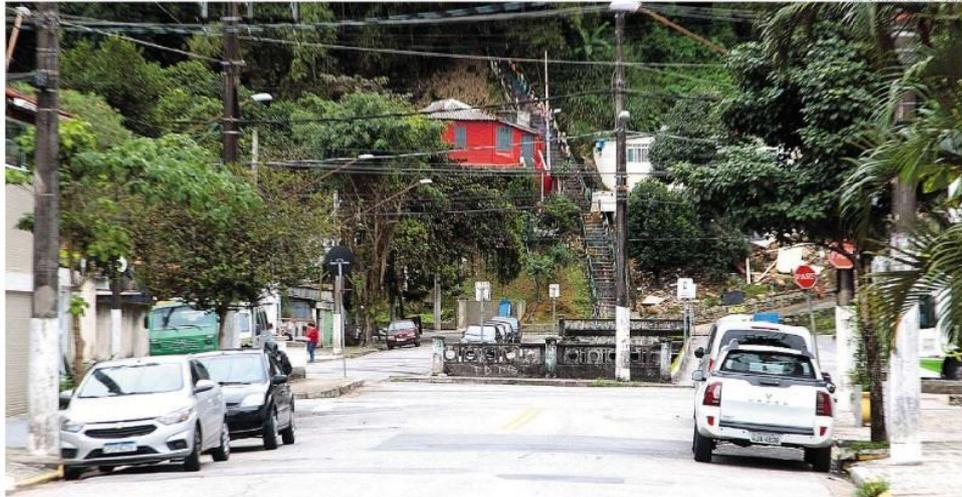
FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Representantes da Prefeitura de Santos irão ao Tribunal de Contas da União (TCU) com o objetivo de alterar documentos da desestatização da Santos Port Authority (SPA). A questão levantada pela Administração Municipal é a necessidade de garantia de que o novo responsável pela gestão do Porto de Santos realize 100% dos investimentos do túnel do maciço central, ligando as zonas Leste e Noroeste da Cidade.

A questão foi debatida na semana passada entre o prefeito Rogério Santos (PSDB) e representantes do Ministério da Infraestrutura, em Brasília. Agora, a ideia é de que um grupo vá até a Corte de Contas ainda neste mês para discutir a questão.

Segundo Santos, a obra, orçada em cerca de R\$ 400 milhões pelo Município, já faz parte do projeto de desestatização. Porém, a redação deixa dúvidas em relação à completa execução do viário. "O texto atualmente colocado não garante 100%. O que nós estamos brigando ainda é que seja garantido. Já que vai haver a desestatização com recursos bilionários, é importante que isso seja revertido em investimentos para a região".

De acordo com o prefeito, a obra fica ainda mais necessária, uma vez que o Porto aumentará sua capacidade de movimentação de cargas e, conseqüentemente, sua demanda de caminhões na cidade. "É importante que tenha essa entrada pelo maciço central, on-



Túnel ligando os bairros Marapé, na Zona Leste, e São Jorge, na Zona Noroeste, entrará no pacote da desestatização da Santos Port Authority



Outro desejo da Prefeitura é que o CAP tenha poder de decisão em assuntos ligados ao Porto de Santos

de os carros urbanos viriam diretamente da Imigrantes, passando por São Vicente e entrando na divisa Santos-São Vicente, em direção a Santos, sem passar pela Via Anchieta".

O túnel deve ser dividido em duas partes, com cerca de 1,3 km de extensão. A ligação será entre a Rua Dom Duarte Leopoldo Silva, no Marapé (Zona Leste), e a Avenida Divisória, no São Jorge (Zona Noroeste) e divisa com São Vicente), com perfuração do morro. O projeto prevê ainda que o túnel tenha três faixas de rolamento, sendo uma exclusiva para ônibus, além de espaço para pedestres e ciclistas.

CAP
Na visita ao Ministério da

Infraestrutura, o prefeito de Santos reiterou o pedido para que o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) recupere seu caráter deliberativo. Hoje, o colegiado, que conta com representantes de diversos órgãos envolvidos na atividade, inclusive das cidades, é apenas consultivo.

A preocupação de Rogério Santos é que o novo concessionário não apenas vise o lucro da atividade portuária, mas também cumpra as diretrizes dos municípios que abrigam o complexo santista, além das demais autoridades envolvidas.

"O Porto é o maior equipamento de logística do Brasil, mas ele tem um papel importante para o turismo, para a geração de empregos. A partir do momento que a gestão ficará nas mãos do privado, é necessária uma regulação e uma atuação forte desses órgãos, do Governo Federal, do Governo Estadual e dos municípios. E aí, se faz mais importante ainda que essa regulação e fiscalização seja feita pela comunidade portuária e pelas cidades", afirmou o prefeito.

A expectativa de Santos é positiva. Segundo ele, desde o começo da desestatização do Porto, a Prefeitura se manifestou em desacordo com alguns pontos. "Desses, alguns foram vencidos, como a questão do cais público que garante o trabalho para trabalhadores portuários avulsos e também o uso do cais para as pequenas e médias empresas de Santos, além do adiamento da licitação do STS53 e as obras que nós solicitamos para o Governo Federal".

A questão do arrendamento se refere a um possível conflito entre operações de cargas e de passageiros na região de Outeirinhos, onde fica o Concais. Além disso, a Prefeitura também pleiteia a transferência da atividade turística para a região do Valongo.